

## ATA DA 17ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DA QUALIDADE DE ÁGUA E USOS MÚLTIPLOS DO RESERVATÓRIO

Aos quatorze dias do mês de agosto de 2012, às 10 horas, na sede do Sindicato Rural no município de Ortigueira reuniram-se os seguintes integrantes da Câmara Técnica: COPEL, IAP, CECS, SANEPAR, MPF, ELETROSUL, UEL e ADAPAR. Aberta a reunião, o Coordenador da CT, Sr. Paulo Rathunde, apresenta a pauta e um breve histórico das reuniões, apresenta os novos integrantes e passa a palavra ao representante da IAP Sr. Renato, para apresentação do Estudo de limnologia em reservatórios que é relativo a 2 capítulos do Livro de Limnologia de Reservatórios ( Thornton et al., 1990), sobre Produção Primária em Reservatórios e Dinâmica de Nutrientes em Reservatórios. O meu objetivo foi uniformizar os conhecimentos de limnologia de reservatórios para os integrantes da C.T. e tirar algumas dúvidas que surgiram por ocasião da reunião anterior. Sr. Allan da Adapar apresenta trabalho do aporte de fósforo proveniente da agricultura e pecuária a montante da UHE Mauá.

Foi solicitado pelos representantes da UEL cópia das apresentações das CTs no site do CECS. Sr. Paulo se comprometeu em repassar para o Sr. Marcelo inserir no site.

Prof. Josefa sugere que seja incluída nas discussões diretrizes para uma nova política de custeio para lavoura, que não seja atrelada a venda de adubos químicos, que leve em consideração a análises de solo, e que não seja feita pelo agrônomo vendedor de fertilizantes, que os dejetos de produção animal sejam utilizados para fertilização do solo, sendo tratados com cal que ajuda o alumínio e o fósforo a ficarem indisponível.

Sugere que fique claro nas propostas do plano de ação a proporcionalidade dos usuários da bacia e suas responsabilidades sejam equivalentes.

Solicita que seja priorizada a geração de energia distribuída de resíduos da pecuária e agricultura em bacias. Ressalta que o potencial de geração de energia elétrica é da união mas o direito ao meio ambiente equilibrado é de todos (esta fala foi do Akira).

Solicita que seja dado estímulo ao produtor para utilizar adubos orgânicos e pede para ser incluído no fluxograma apresentado pelo Sr. Paulo. Sr. Paulo sugere como meta para 10 anos baixar que o limite de concentração de fósforo no rio Tibagi dos atuais 0,067 para 0,05mg/l. Prof. Josefa admite assumir esse número como meta inicial sem considerar a implantação das outras usinas, e pede um tempo para analisar melhor sobre esse limite. Ainda ressalta que vários fatores têm que ser levados em consideração para definição desse limite.

Sr. Arai apresenta planejamento de investimentos nos próximos 3 anos nos sistemas de esgoto dentro da bacia, ressalta que ainda não existe previsão para tratamento terciário, que será discutido ainda junto as Diretorias e pode ser incluído no protocolo de intenções. Que estão sendo tomadas medidas de tratamento da água na captação de Londrina com utilização de Dióxido de Cloro, para garantir a qualidade da água tratada em Londrina em questão de afloramento de algas tóxicas.

Sr. Renato do IAP solicita lagoas de polimento nas ETES da Sanepar para diminuição de fósforo e que a Sanepar detalhe quais ações serão tomadas nas ETES.

Sr. Paulo apresenta metas, investimentos, indicadores e ações para redução de fósforo na bacia do Tibagi, informando que o Programa de Redução de Contaminantes é composto por oito projetos:

- 1.Coordenação
2. Fósforo proveniente da agricultura.
3. Fósforo proveniente da pecuária.
4. Fósforo proveniente da ETES 39 milhões (Sanepar).
5. Fósforo proveniente da industriais.
6. Recuperação de APPs

7. Educação: ADAPAR, Senar, SEED.

8. Monitoramento e gestão.

Sr. Paulo solicita que fique registrado que para alguns destes projetos ainda faltam meta e ações propostas.

Fica o mês de dezembro estabelecido como prazo para detalhamento dos projetos com orçamentos. E janeiro de 2013 estabelecido como prazo para assinatura do termo de cooperação técnica.

Dr. Akira afirma que o CECS deve coordenar todas essas ações. Essas obrigações devem constar na LO que deve sair em 30 ou 45 dias.

Josefa pede que fique registrado que o governo federal deve ter compromisso com a Sanepar levando em consideração o planejamento do setor elétrico.

Akira sugere que fique como condicionantes da licença de operação a obrigação do empreendedor de coordenação de trabalho de gestão de contaminantes inicialmente para os próximos 10 anos, prazo estabelecido para o plano de médio prazo, devendo o mesmo apresentar o programa detalhado, de acordo com o que foi apresentado na reunião da CT realizada nesta data, propondo o plano de ações, com cronograma e distribuição de responsabilidades, sujeito a aprovação da CT, do IAP e do comitê de bacias; além disso, deve constar como condicionante o estabelecimento de um plano emergencial, haja vista a possibilidade de eventos imprevistos que possam afetar a qualidade água do reservatório e da captação dos municípios a jusante; finalmente, considerando que a gestão da qualidade da água tem contado com a participação democrática e agregado conhecimento de diversas instituições e pessoas, sugere-se a manutenção da CTQA, vinculando-a ao programa estabelecido, como instância participativa e consultiva no processo de licenciamento.

Prof. Alba solicita que toda vez que o site for atualizado seja disparado um aviso para todos os membros de todas as CTs, e que todas apresentações sejam disponibilizadas.

Sra. Soraia menciona que a Copel está executando Projeto de pesquisa de gases de efeito estufa devido a formação do reservatório. Foi solicitado apresentação na CT desse projeto e do funcionamento de biodigestores.

Sr. Arai solicita dados do rio Iguaçu de qualidade da água, Sr. Marcelo explica que está disponível no site do CECS.

Fica definido como Pauta para próxima reunião:

- Apresentação do P&D gases efeitos estufa;
- Dados do monitoramento de água de Mauá;
- Biodigestão e geração distribuída;
- Detalhamento do plano da Sanepar;
- Qualidade da água do rio Iguaçu;
- Acompanhamento do plano do programa de contaminantes do Tibagi;
- Aporte de carga das industriais;

Sugere-se que seja analisada a possibilidade de criação de lei que estabeleça critérios de aporte em efluentes industriais e ETES;

A próxima reunião fica pré-agendada para dia 02 de outubro em Ortigueira às 10 horas em local a confirmar.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião às 15hs e 30 min, da qual eu, Marcelo F. Cardoso, secretário “ad hoc”, lavrei a presente ata.